

**HABEAS CORPUS Nº 557.132 - SP (2020/0006290-6)**

**RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE : LEANDRO ZONATTI DEBASTIANI E OUTROS**  
**ADVOGADOS : LEANDRO ZONATTI DEBASTIANI - SP271776**  
**DANIELA ROSSI FERNANDES COSTA - SP305413**  
**CLOVIS APARECIDO DE CARVALHO - SP338583**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : A A DE M F (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**EMENTA**

*HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. INDEFERIMENTO DE DILIGÊNCIAS. PRETENSO CERCEAMENTO DE DEFESA. NECESSIDADE DE INCURSÃO NA SEARA FÁTICO-PROBATÓRIA. WRIT NÃO CONHECIDO.*

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de A. A. de M. F. contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo proferido no HC n.º 2230640-07.2019.8.26.0000.

Consta dos autos que o Paciente foi denunciado como incurso no art. 217-A, c.c. o art. 226, inciso II, ambos do Código Penal. A fim de produzir provas em sua defesa, solicitou imagens de câmeras de segurança de diversos estabelecimentos do dia 17/05/2019 e informações do empregador da mãe da vítima. Contudo, no primeiro grau de jurisdição, foi indeferido tal pleito, sob o fundamento de que "*caberia à parte provar o alegado*" (fl. 21), além de que "*não estaria demonstrada a necessidade de intervenção do juízo*" (*ibidem*).

Irresignada, a Defesa impetrou prévio *writ*, cuja ordem foi denegada nos termos do acórdão assim ementado (fl. 16):

*"Habeas corpus. Estupro de vulnerável. Cassação da decisão que indeferiu pedido de diligência requerida pela defesa na ação penal. Impossibilidade. Constrangimento ilegal não verificado. Decisão devidamente fundamentada. Ordem denegada."*

No presente *mandamus*, a Parte impetrante alega que a produção dessas provas depende da intervenção do Judiciário.

Requer, liminarmente, a produção das provas solicitadas e o

sobrestamento da audiência prevista para o dia 05/02/2020. No mérito, pleiteia a nulidade da decisão na qual foi indeferida a produção probatória defensiva.

O pedido liminar foi indeferido pelo Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, no recesso forense (fls. 24-25).

Prestadas as informações, o Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do *habeas corpus* (fls. 45-50).

É o relatório. Decido.

De início, vale frisar que assim como as instâncias ordinárias são soberanas na análise dos fatos e provas, também o são na avaliação da pertinência dos elementos probatórios. A necessidade ou não de determinada prova é questão que requer amplo conhecimento de toda a matéria posta em debate, bem como dos elementos de convicção que sustentam as versões das partes antagônicas.

No caso, o Juízo singular consignou o seguinte (fl. 21):

*"Indefiro os requerimentos da defesa de fls. 155, itens 1 a 4, uma vez que cabe à parte provar o alegado e não está demonstrada a necessidade de intervenção do juízo."*

O Tribunal estadual, por sua vez, assim decidiu (fls. 17-19; sem grifos no original):

*"O paciente foi denunciado pela suposta prática do delito previsto no artigo 217-A, c.c. artigo 226, inciso II, ambos do Código Penal, porque **no período compreendido entre meados de junho de 2018 e 17 de maio de 2019**, em horário incerto, de forma continuada, teria mantido conjunção carnal e praticado atos libidinosos diversos com E. N. J., sua enteada, com 11 (onze) anos de idade.*

*Narra a inicial que o paciente era casado com a genitora da vítima e, desde o ano de 2016, passaram a residir no mesmo imóvel.*

*Por conta da rotina de trabalho da genitora, o paciente permanecia a sós com a ofendida por tempo relevante, após o seu retorno da escola.*

*Aproveitando-se dessas oportunidades, em meados de junho de 2018, o paciente, com o fim de satisfazer sua lascívia, teria levado a menor para o quarto, deitado sobre seu corpo e acariciado a região de seus seios, suas costas e seu ventre, sem, contudo, retirar suas vestes.*

*Depois de alguns meses, os atos libidinosos tornaram-se mais abusivos, uma vez que o paciente iniciou carícias na vítima sob suas vestes, sempre na região do ventre e dos seios.*

*No dia 17 de maio de 2019, durante a manhã, o paciente teria segurado a ofendida pelos braços e a atirado sobre a cama.*

*Valendo-se de sua compleição física, teria beijado a vítima e, em*

*ato contínuo, retirado suas vestes e tido com ela a conjunção carnal.*

*Em defesa prévia, foi requerida a expedição dos ofícios já citados. Porém, a autoridade coatora indeferiu os pedidos, fundamentadamente, ressaltando que caberia à parte provar o alegado e não estaria demonstrada a necessidade de intervenção do juízo.*

*Ressalte-se que o direito à prova não é absoluto. É certo que as partes podem requerer a produção de provas sobre os fatos examinados no processo. A admissão, todavia, destes pedidos depende de um juízo de valoração a ser realizado pelo magistrado, envolvendo a licitude, a pertinência e a relevância do que foi requerido.*

*Vê-se, no caso, que a culta Dra. Jane Rute Nalini Anderson, DD. Magistrada da Terceira Vara Criminal de Jundiaí, apresentou em sua r. decisão as circunstâncias de fato e de direito que a levaram a entender pelo indeferimento do pedido, de modo que não se verifica nenhuma ilegalidade a ser sanada por via deste remédio constitucional.*

*Ademais, conforme ressaltado pelo ilustre Procurador de Justiça em seu r. parecer de fls. 29/37, a inicial acusatória descreve que os crimes foram praticados em continuidade, de forma que os comportamentos não se circunscreveram ao dia 17 de maio de 2019. Acresça-se que as imagens do condomínio poderiam ser solicitadas pelo próprio paciente, pois lá residia, o mesmo ocorrendo com o seu empregador. Quanto aos dias e horários de trabalho da genitora da vítima, essas informações se relevância houver podem ser levadas aos autos do processo por meio da prova testemunhal."*

Conclusão em sentido contrário daquela a que chegaram as instâncias ordinárias (desnecessidade de produção da prova solicitada, quais sejam, filmagens das câmeras de estabelecimentos comerciais e do conjunto habitacional onde residia, além de expedição de ofício para o empregador da mãe da vítima, para que fossem informados os dias e horários de trabalho) ensejaria profunda e indevida incursão na seara fático-probatória do processo, incabível nesta via.

Ilustrativamente:

**"RECURSO EM HABEAS CORPUS. OPERAÇÃO FRONTEIRA/RESPOSTA INTEGRADA. ROUBOS COM EMPREGO DE ARMA DE FOGO E EM CONCURSO DE AGENTES, LATROCÍNIO, SEQUESTRO OU CÁRCERE PRIVADO. INDEFERIMENTO DE PERÍCIA GRAFOTÉCNICA. INEVIDÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA AMPLA DEFESA. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. INVIABILIDADE.**

*1. Ao juiz é facultado o indeferimento, de forma fundamentada, da produção de provas que julgar protelatórias, irrelevantes ou impertinentes, devendo sua imprescindibilidade ser devidamente justificada pela parte. Precedentes.*

*2. No caso, ao que parece, a perícia no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que teria sido assinado pelo*

*recorrente na fase do inquérito é desnecessária para a elucidação dos fatos a ele imputados, tendo concluído o Juízo Federal que a prova era impertinente. A defesa não teria apontado elementos aptos a gerar dúvida sobre a veracidade da assinatura.*

**3. Diz a jurisprudência dos Tribunais Superiores que a discussão sobre o acerto ou desacerto da decisão do juiz de primeiro grau, ademais, exige o exame aprofundado de fatos e provas, o que, na via eleita, não se mostra possível (HC n. 104.473, Ministro Ricardo Lewandowski, Primeira Turma, DJ 28/10/2010). Afinal, o habeas corpus não comporta reavaliação sobre a pertinência da prova, por demandar exame de fatos, inviável na via estreita (RHC n. 42.890/MA, Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe 22/4/2015).**

**4. Recurso em habeas corpus improvido." (RHC 95.613/PR, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 18/09/2018, DJe 02/10/2018; sem grifos no original.)**

Ressalto que, segundo a peça acusatória, os abusos exercidos contra a sua enteada, com onze anos de idade, **não se limitaram ao fato supostamente ocorrido no dia 17/05/2019**, mas foram praticados no período compreendido entre meados de junho de 2018 e aquela data, *in verbis* (fl. 32):

*"Por conta da rotina de trabalho da genitora, A. permanecia a sós com a ofendida por tempo relevante, nos períodos do contraturno escolar.*

*Aproveitando-se dessas oportunidades, em meados de junho de 2018, A. passou a abusar sexualmente da ofendida. Com o fim de satisfazer sua lascívia, A. a levava para o quarto, deitava sobre seu corpo e acariciava a região de seu peito, suas costas e seu ventre, sem, contudo, retirar suas vestes. Para que os atos não fossem descobertos, A. tapava a boca da vítima e ameaçava matar sua genitora e sua irmã menor.*

*Depois de alguns meses, os atos libidinosos se tornaram ainda mais abusivos, uma vez que A. se deitava sobre a vítima e passou a acariciar a vítima por sob suas vestes, sempre na região do ventre e do peito.*

*No dia 17 de maio de 2019, durante a manhã, A. percebeu que estava a sós com a ofendida e que sua irmã menor ainda dormia, e novamente deliberou por praticar atos sexuais com a ofendida. Entretanto, nessa oportunidade a segurou pelos braços e a atirou sobre a cama. Valendo-se de sua compleição física, A. a beijou e, em ato contínuo, retirou suas vestes e teve com ela a conjunção carnal. Novamente, A. ameaçou de morte sua genitora e sua irmã pequena para que os fatos não viessem à tona."*

Por outro lado, verifico que a presente insurgência deixou de demonstrar que as provas solicitadas ao Juízo não poderiam ser obtidas pelo próprio Paciente.

Ante o exposto, **NÃO CONHEÇO** do *habeas corpus*.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 20 de março de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora